

Calote em estudante

Ana Lúcia Moura
Da equipe do Correio

O Governo do Distrito Federal (GDF) deixou na mão 18,9 mil estudantes. São alunos da rede pública que têm direito de receber o dinheiro do Poupança-Escola, programa criado em 1995 para estimular os inscritos do extinto Bolsa-Escola a concluir o ensino médio. O dinheiro deveria ter sido sacado pelos estudantes em 1999 e 2000 e ajudaria no sustento de milhares de famílias de baixa renda, mas até hoje o governo não liberou a verba.

A dívida de R\$ 4,9 milhões é ainda maior quando calculados os juros. Outros 38.648 alunos que seriam beneficiados também ficaram de mãos abanando com a extinção do programa, em julho do ano passado.

Mães de estudantes de várias cidades do DF peregrinaram a semana inteira pelas secretarias de governo cobrando o pagamento da dívida. Fizeram até uma manifestação em frente à sede provisória do Palácio do Buriti, na 516 Norte, na última terça-feira, para exigir o depósito. E nada.

A dívida do GDF inclui crianças que tinham direito ao Poupança-Escola em 1999 (11 mil alunos) e 2000 (7,9 mil). A Secretaria de Fazenda, responsável pelo repasse do dinheiro, até hoje não se manifestou sobre o caso. Em maio do ano passado, a Secretaria de Trabalho encaminhou o pedido de liberação do dinheiro ao secretário de Fazenda, Valdivino Oliveira. Sem respostas, o secretário de Trabalho, Vatanábio Brandão, fez novo pedido. Mais uma vez, não teve resposta.

A informação é da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Trabalho, que gerencia do Fundo de Solidariedade (Funsol), onde deveria ser depositado anualmente o dinheiro do Poupança-Escola. Valdivino está em viagem oficial à China e

Kleber Lima



FAMÍLIAS DE ALUNOS QUE FORAM EXCLUÍDOS DOS PROGRAMAS BOLSA-ESCOLA E RENDA-MINHA FIZERAM PROTESTO EM FRENTE AO BURITIZINHO, NA W3 NORTE

não foi localizado pelo Correio. Assessores da Fazenda informaram que ele é o único autorizado a falar sobre o assunto.

O GDF chegou a incluir o dinheiro do Poupança-Escola nos orçamentos de 2000 e de 2001 — quando deveriam ser pagas as dívidas de 1999 e de 2000, respectivamente. Em 2000, foram destinados R\$ 3,5 milhões para o Funsol. Em 2001, R\$ 3,7 milhões. Mas, segundo a Assessoria de Comunicação da Secretaria do Trabalho, o dinheiro nunca chegou ao Funsol. "Esse dinheiro vai ter de aparecer. A dívida tem de ser paga, senão é confisco", avisa a promotora de Educação do Ministério Público do DF, Maria Luiza de Marilac, que investiga o caso.

BÔNUS Criado por lei, o Poupança-Escola era uma espécie de bônus para os alunos do Bolsa-Escola — programa que pagava um salário mínimo mensal às famílias de baixa renda que mantinham os filhos na escola.

Para incentivar os alunos e concluir o ensino médio, o Poupança-Escola previa um depósito de um salário mínimo anual para cada aluno que fosse aprovado. Tinham direito ao benefício os inscritos no Bolsa-Escola

BENEFÍCIO 17.282 CRIANÇAS

estavam inscritas no Poupança-Escola em 1995. Em 1999, quando o programa foi suspenso, o total era de 90.983 alunos

la. O Poupança-Escola atendia também alunos que já tinham participado do Bolsa-Escola alguma vez, mas havia deixado o programa.

Apesar do dinheiro do Poupança-Escola ser depositado anualmente, ele só poderia ser sacado se o aluno passasse da 4ª para a 5ª série do ensino fundamental, da 8ª série do ensino fundamental para o 1º ano do ensino médio e se concluisse o 3º ano do ensino médio. Nos primeiros dois casos, o

saque permitido era de 50% do valor depositado. O dinheiro integral só poderia ser resgatado ao final do 3º ano. A dívida do governo se refere aos estudantes que atenderam pelo menos um desses critérios em 1999 e 2000.

Rafael Ferreira da Silva, 12 anos, é um deles. Em 1999, ele foi aprovado na 4ª série. No ano seguinte, a mãe dele, Maria de Lurdes Ferreira da Silva, 35, tentou sacar o dinheiro, mas a conta estava vazia. Desempregada, ela está apaixonada com o fim do Bolsa-Escola e o calote do Poupança-Escola. "Não tenho a quem recorrer."

EXTINÇÃO

O Poupança-Escola incluía também estudantes que tinham direito ao crédito

de um salário mínimo, embora ainda não pudesse sacar o dinheiro. Eram alunos como Talita do Nascimento, 13 anos. Em 2000, ela passou para a 4ª série e deveria receber um salário mínimo, que ficaria no Funsol. A menina só poderia retirar o dinheiro no ano seguinte, quando passasse para a 5ª.

Como Talita estava no programa desde a 1ª série e nunca foi reprovada — critério que desclassificava o aluno —, ela teria em sua conta R\$ 302 referente às aprovações anteriores.

Dos inscritos no Poupança-Escola, 38.648 estudantes estavam na situação de Talita. Mas, como o programa foi extinto, esses alunos perderam o dinheiro. É o que diz a Secretaria de Educação. Segundo Lílian Carneiro, coordenadora do Renda Minha, programa que substituiu o Bolsa-Escola, os estudantes perderam o direito com a extinção do Poupança-Escola. "São alunos que estavam na expectativa do direito, mas ainda não o tinham adquirido."

RENDA MINHA

Insatisfeitas por terem perdido o benefício do Bolsa-Escola e não terem sido incluídas no Renda Minha, algumas mães de estudantes foram para a rua protestar. "Se o Renda Minha substituiu o Bolsa-Escola, como fomos excluídas?", indagava a dona-de-casa Severina Leite Pereira Barros, 33 anos, que liderou uma caravana de mulheres de Ceilândia até a sede do Buriti. Exibindo faixas de protesto, elas fecharam o fim da W3 Norte.

Segundo Lílian Carneiro, as mães não foram contempladas porque o governo federal cedeu apenas 41.341 vagas para o programa. Como o Renda Minha recebeu 97.578 inscrições, o GDF teve de fazer um pentefino. "Selecionamos aqueles que mais precisavam", afirmou Lílian.

Guerra de marketing

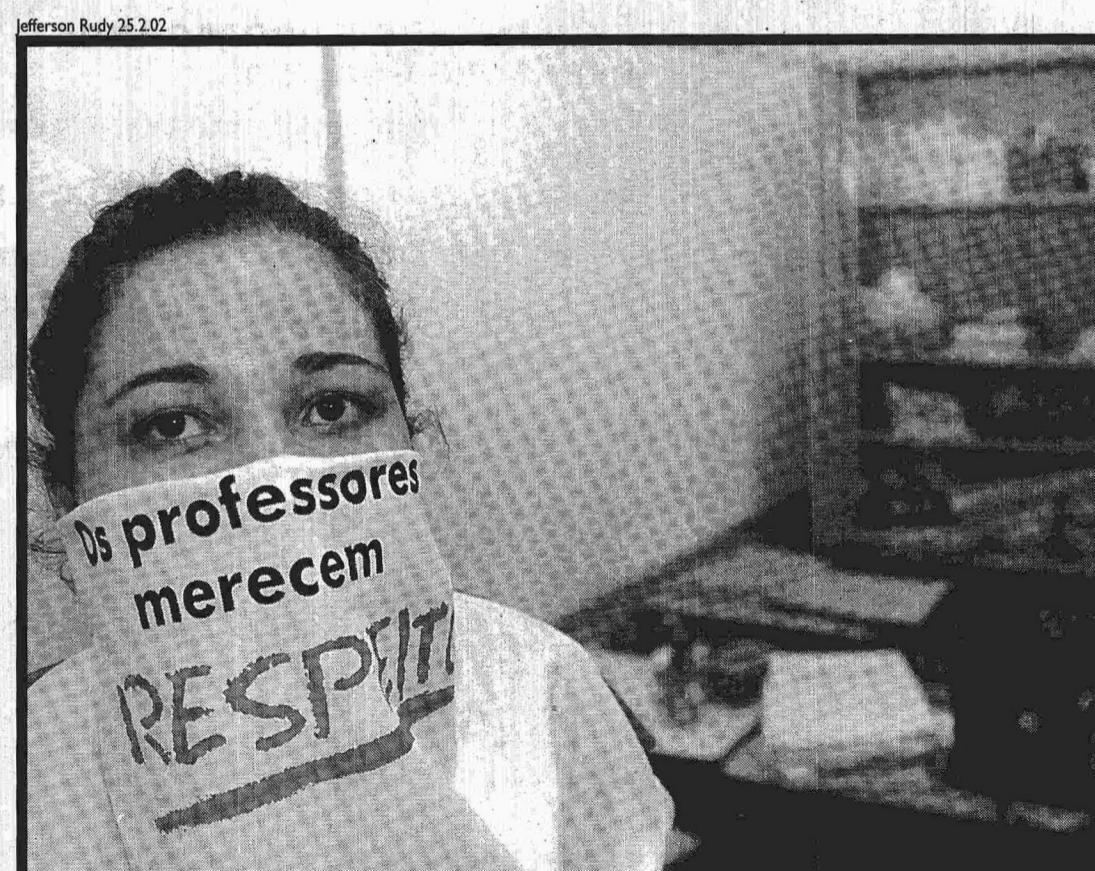
Os professores das escolas públicas e o governo travam uma guerra publicitária. Desde sábado, uma propaganda institucional do Governo do Distrito Federal (GDF) na televisão tenta influenciar pais de alunos a não apoiar a greve da categoria, anunciada para a próxima quinta-feira.

A publicidade do governo é uma resposta às propagandas de reajuste salarial promovidas há três meses pelo Sindicato dos Professores (Sinpro) nos meios de comunicação e intensificada na última semana. Enquanto um lado o Sinpro acusa o governo de pagar aos professores o salário mais baixo da história de Brasília, do outro o GDF apela aos pais para que condenem a greve.

Governo e sindicato também recorrem aos números para convencer os telespectadores.

Na telinha, enquanto crianças brincam ao som de uma música suave, um professor revela que 40% da categoria sofre de doenças provocadas pelo trabalho, como tendinite e problemas nas cordas vocais, e pede ao governador que cuide de quem cuida da educação. O número é resultado de uma pesquisa feita pelo Sinpro em 2001, com 2,4 mil professores.

Na propaganda do GDF, a música é de suspense e surge acompanhada por uma voz masculina, que anuncia: "Pesquisa revela que 85% dos professores não querem a greve. Com quem você



A PROFESSORA PATRÍCIA NOGUEIRA PROMETE ADERIR À PARALISAÇÃO: "NÃO DÁ PARA CONTINUAR DO JEITO QUE ESTÁ"

está?" A estatística surge na tela depois que três pais declararam em entrevista, no meio de uma rua, ser contra a paralisação.

A briga através da mídia começou em dezembro, quando o Sinpro anunciou a greve em trinta outdoors espalhados pelo DF. "Em seis anos, o preço do pão subiu 214%. E o salário do professor?", indagava um dos cartazes. Até o dia da assembleia, o Sinpro já terá gasto cerca de R\$ 200 mil com a campanha, que inclui adesivos e camisetas. "É uma forma de dizer que queremos negociar", afirma o

diretor de assuntos jurídicos do sindicato, Antônio Lisboa.

CONTAGEM REGRESSIVA

Os professores ameaçam parar no dia 7 de março, se o governo não atender as reivindicações. A paralisação será decidida em assembleia geral, às 9h do mesmo dia, no estacionamento do estádio Mané Garrincha. Patrícia Nogueira, 24 anos, promete aderir. Ela recebe menos de R\$ 1 mil para dar aulas em duas escolas públicas do Plano Piloto. "Não dá para conti-

nuar do jeito que está. A valorização do professor passa pela questão salarial", afirma.

A contagem regressiva dos professores para a greve começou em novembro. O governador Joaquim Roriz, no entanto, só convocou os professores para conversar na última quinta-feira, depois de um encontro com o ministro chefe da Casa Civil, Pedro Parente.

Roriz disse aos professores que está encontrando dificuldades no Palácio do Planalto, responsável pelo pagamento da fo-

lha da Educação, para conseguir verbas que permitam conceder o reajuste. Ele prometeu procurar o ministro mais uma vez quando retornasse da viagem à China, o que está previsto para hoje.

Roriz procurou Parente para tentar negociar com o Governo Federal a liberação de verbas para as áreas de saúde e educação. "O ministro prometeu avaliar a situação", disse a secretária Eurides Brito, que participou do encontro. A assessoria de comunicação do Ministério, no entanto, diz que desconhece

qualquer reunião entre o GDF e representantes do ministério, e que verba não é assunto da Casa Civil, e sim do Ministério da Fazenda.

Os professores querem um reajuste de 89,98%, referente às perdas salariais dos últimos sete anos, e reformulação do plano de carreira da categoria. A proposta do sindicato é incluir no salário-base as gratificações de atividade e dedicação exclusiva. Com isso, as demais gratificações passariam a incidir sobre um salário-base mais alto. (A.L.M.)

QUEDA-DE-BRAÇO

O QUE QUEREM OS PROFESSORES

Reformulação do plano de carreira, com dois pontos principais: a incorporação da gratificação de atividade no salário-base dos professores, e a dedicação exclusiva. A gratificação é paga atualmente como complemento do salário-base.

Reajuste salarial de 89,98%, caso o plano de carreira não seja reformulado.

Concessão do ticket-alimentação, suspenso

desde 1996, e pagamento do valor acumulado durante os anos em que o benefício não foi concedido.

Pagamento da diferença referente ao Plano Bresser, dívida que o governo tem com 12 mil professores e que soma R\$ 65 milhões. O pagamento das perdas geradas pelo plano foi feito em 1989, mas em 16 parcelas. Agora, os professores receber o valor da correção monetária acumulada pelo parcelamento.

O QUE O GOVERNO PROPÕE

O GDF promete um encontro com o ministro chefe da Casa Civil, Pedro Parente, para decidir o que poderá ser oferecido aos professores.